Missões
Revista de Ciências Humanas e Sociais

PREVENÇÃO DO COMPORTAMENTO AUTOLESIVO E SUICIDA NAS ESCOLAS POR MEIO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES(AS)

PREVENÇÃO DEL COMPORTAMIENTO AUTOLESIVO Y SUICIDA EN LAS ESCUELAS A TRAVÉS DE LA FORMACIÓN CONTINUA DE DOCENTES

PREVENTION OF SELF-INJURIOUS AND SUICIDAL BEHAVIOR IN SCHOOLS THROUGH CONTINUING TEACHER EDUCATION

Recebido em: 12/11/2024
Aceito em: 05/12/2024
Publicado em: 23/12/2024

Silvana Arantes da Silva[1]
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Fernando Guimarães Oliveira da Silva[2]
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Resumo: O objetivo deste artigo é o de problematizar a formação continuada de professores(as) frente às situações de risco potencialmente capazes de levar adolescentes a condutas autolesivas e ao suicídio. Partimos de parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado em educação desenvolvida junto a uma Universidade pública sul-mato-grossense por meio do Núcleo de estudos e pesquisas em educação antirracista, em diversidades e em direitos humanos (NEPEADDH). Observamos por meio de uma pesquisa de base metodológica pós-crítica em educação, a descontinuidade das ações realizadas dentro do espaço escolar sobre o assunto especialmente no que se refere à preparação do corpo docente para lidar com isso. O desconhecimento sobre o assunto leva a equipe das unidades de ensino a concentrar as atividades de prevenção durante o *Setembro Amarelo* com ações sem profundidade.

Palavras-chave: Formação continuada; Docência; Suicídio; Diversidades.

Resumen: El objetivo de este artículo es problematizar la formación continua de docentes frente a situaciones de riesgo potencialmente capaces de llevar a los adolescentes a conductas autolesivas y al suicidio. Partimos de algunos de los resultados de una investigación de maestría en educación desarrollada en una universidad pública del estado de Mato Grosso do Sul, a través del Núcleo de estudios y pesquisas en educación antirracista, en diversidades y en derechos humanos (NEPEADDH). Observamos, mediante una investigación de base metodológica postcrítica en educación, la discontinuidad de las acciones realizadas dentro del espacio escolar sobre el tema, especialmente en lo que se refiere a la preparación del profesorado para abordar esta cuestión. El desconocimiento sobre el tema lleva al equipo de las unidades educativas a concentrar las actividades de prevención durante el mes de septiembre (mes de la concientización sobre el suicidio) en acciones sin profundidad.

Palabras clave: Formación continua; Docencia; Suicidio; Diversidades.

[1] Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) e Licenciada em Ciências sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, unidade de Paranaíba). Professora de educação básica da rede municipal de ensino de Paranaíba/MS. E-mail: silvanaarantessilva@hotmail.com
[2] Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da UEMS. Coordenador o Núcleo de estudos e pesquisas em educação antirracista, em diversidades e em direitos humanos (NEPEADDH). Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: Fernando.oliveira@uems.br

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Abstract: The aim of this article is to problematize the continuing education of teachers in the face of risk situations that could lead adolescents to self-injurious behavior and suicide. We draw on some of the results of a master's degree in education developed at a public university in the state of Mato Grosso through the Center for Studies and Research in Anti-Racist Education, Diversity and Human Rights (NEPEADDH). We observed, through a post-critical methodological study in education, the discontinuity of the actions carried out within the school space on the subject, especially with regard to preparing the teaching staff to deal with it. The lack of knowledge on the subject leads school staff to concentrate prevention activities during Yellow September with in-depth actions.

Keywords: Continuing education; Teaching; Suicide; Diversities.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo visa dar continuidade aos questionamentos surgidos durante a pesquisa de mestrado intitulada **Prevenção do suicídio de estudantes LGBTI+: políticas, práticas e ações em rede** (SILVA, 2023), desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, unidade de Paranaíba/MS). A intenção da pesquisa, durante o mestrado, objetivou abordar as ações educativas desenvolvidas pelas políticas públicas intersetoriais (educação, saúde e assistência social) para a prevenção do comportamento autolesivo e suicida na adolescência (12 a 18 anos incompletos e em fase de escolarização).

Para ilustrar a importância de discutirmos o tema, cabe apresentar alguns dados pertinentes. Desde 2006, os dados apontados pelo Ministério da Saúde (2006) afirmam que os(as) jovens estão vulneráveis a cometerem suicídio, sendo que eles(as) estão formando sua personalidade em meio a pertencimentos, comparações e mudanças corporais que envolvem a identidade e a diferença, surgindo à necessidade de discutir esse tema e buscar estratégias de prevenção. Ainda segundo os dados apresentados pelos boletins da OMS (2000) e do Ministério da Saúde (2006) sobre o comportamento suicida, percebe-se no mundo e no país que o suicídio tem aumentado no Brasil desde 1996 de forma acelerada. E, que os estados do Sul, sudeste e Centro-oeste apresentam as maiores taxas. O Brasil ocupava a oitava posição mundial em número absoluto de mortes por suicídio (BRASIL, 2006).

E de acordo com os dados da OMS (2019), o suicídio é a segunda principal causa de morte entre jovens com idade entre 15 e 29 anos. E no período entre 2006 a 2017, foram identificadas 15.702 notificações de atendimento ao comportamento suicida entre adolescentes nos centros de saúde. E, apesar de praticamente não haver estatísticas sobre o comportamento suicida em crianças no mundo, “no período de 2006 a 2017 foram identificados 58 óbitos de crianças brasileiras decorrentes desta causa, com a maioria sendo do sexo masculino, de cor da pele branca e com nove anos de idade. Entre 2007 e 2016, as

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

internações devidas as tentativas de suicídio foram de 12.060 ocorrências com vítimas principalmente do sexo feminino" (FIOCRUZ, 2021, s.p.).

Corrobora com os estudos apresentados acima, a pesquisa realizada por Joviana Avanci (2021), com jovens com comportamentos suicidas em Porto Alegre (RS) e Dourados (MS) em 2021 para a revista Fiocruz com apoio do CNPq. A pesquisadora pontuou que os fatores que culminaram nas tentativas de suicídio estão: violências, problemas familiares, desentendimentos e rompimentos com namorados, abuso sexual, *bullying*, abuso de álcool e drogas, assalto, pressão escolar, obesidade e a interação em redes virtuais, como *Youtube e WhatsApp*.

Os dados como o apresentado por Avanci (2021) demonstra a necessidade de alternativas de prevenção. A adolescência é um período vulnerável ao comportamento suicida, sendo assim as intervenções e identificação realizados pelos profissionais da educação é de suma importância para a prevenção, posvenção e diminuição dos casos de comportamento autolesivos e suicídios. Assim, o ambiente escolar se constitui como um espaço privilegiado para que as pessoas possam falar, refletir e esclarecer suas dúvidas, seus anseios sobre a vida e fatores que os levam a perderem o interesse em viver.

Para Jaqueline Gonçalves (2016), a autolesão tem sido um dos grandes desafios enfrentados pelas escolas da atualidade e cada vez mais, desperta as atenções do debate acadêmico. Por vezes, o transtorno pode ser considerado como uma possível consequência das relações de gênero violentas, desiguais e excludentes que caracterizam o tecido social, bem como possuir relações com situações de racismos, LGBTI+fobias e outras questões que dizem respeito aos corpos que escapam dos padrões socialmente impostos.

Jacqueline Gonçalves (2016) diz que discutir sobre autolesão é pensar sobre as diferenças, as imposições sociais e sobre sentimentos, amizade, família, respeito, violência, medo, anorexia, bulimia, violência, homossexualidade, transexualidade, construção da masculinidade e da feminilidade, diferenças sociais, entre outros: "A autolesão é uma prática dita como possibilitadora de alívio das dores da alma, de sentimentos provocados por um conjunto de problemas – familiares, afetivos, etc." (GONÇALVES, 2016, p. 111).

A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), no ano de 2016, promoveu uma pesquisa nacional virtual, por meio de questionário disponibilizado *online*, realizada no Brasil com adolescentes e jovens LGBT sobre as experiências que viveram nas instituições educacionais relacionadas à sua

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

orientação sexual e/ou identidade/expressão de gênero. Recebeu 1016 respostas de adolescentes entre 13 e 21 anos que se autoidentificaram como LGBT, com relatos de violências de todos os tipos (ABGLT, 2016).

De acordo com ABGLT (2016), os dados sobre a orientação sexual de estudantes LGBT e o ambiente escolar, publicado em 2016, revelam que 73% dos jovens identificados como LGBT sofreram agressão verbal na escola por causa da sua orientação sexual. Ainda, segundo a pesquisa, são frequentes os episódios que estudantes LGBT sofreram agressões verbais, direta ou indiretamente no ambiente educacional, especificamente por causa de características pessoais: orientação sexual, identidade de gênero, identidade/expressão de gênero e raça/etnia.

Em relação às agressões físicas, 26,6% relataram ter sofrido agressão física na instituição educacional por causa de sua orientação sexual, e 6% informaram que isso ocorreu "frequentemente" ou "quase sempre". Em virtude da identidade/expressão de gênero, 24,6% foram agredidos fisicamente e 5,7% vivenciavam essa agressão "frequentemente" ou "quase sempre" (ABGLT, 2016). Um olhar atento para estes dados sinaliza que é preciso pensar ações efetivas que atuem na redução dos danos provocados pela LGBTI+fobia.

Conforme o relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) (OLIVEIRA; MOTT, 2020), informa que 329 Lesbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexuais e outras identidades (LGBTI+) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia, em 2019. Desse total foram 297 homicídios e 32 suicídios. Isso equivale a 1 morte a cada 26 horas. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde persiste a pena de morte contra tal seguimento (UOL, 2020).

De acordo com dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) produzidos entre os anos de 2017 e 2023, período em que a ANTRA passa a fazer essa pesquisa, conseguimos mapear um total de 1057 (um mil e cinquenta e sete) assassinatos de pessoas trans, travestis e pessoas não binárias brasileiros. Sendo 145 assassinatos em 2023 e 131 casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e; 179 casos em 2017 (o ano com o maior número de assassinatos de pessoas trans na série histórica). O que representa uma média de 151 assassinatos por ano e 13 casos por mês. No comparativo entre os anos de 2022 e 2023, foi

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

percebido aumento de 10,7% no número de assassinatos contra pessoas trans, passando de 131 em 2022 para 145 em 2023. No mesmo momento em que o país observou queda de 5,7% nos assassinatos gerais da população (BENEVIDES, 2024).

Ainda segundo as pesquisas da ANTRA (BENEVIDES, 2024), a média dos anos considerados nesta pesquisa (2008 a 2023) foi de 126 assassinatos/ano. Ao observarmos o ano de 2023, com 145 casos encontrados, vemos que ele continua 15% acima de média de assassinatos em números absolutos. Desde o início dessa pesquisa em 2017, constatou-se que o número de assassinatos anuais seguiu acima da média de todos os casos.

Outro dado apresentado e que se relaciona com a temática do texto é de que, diversos casos de violência e violações de direitos humanos contra crianças e/ou adolescentes trans persistiram, ao longo do ano, sem alterações significativas no cenário. Destaca-se a ausência de qualquer estimativa para a implementação de políticas públicas que assegurem a proteção e os direitos daqueles que não se identificam com o gênero designado no nascimento e são menores de 18 anos. De acordo com a pesquisa, essas violações frequentemente ocorrem no ambiente familiar, com órgãos de proteção à infância muitas vezes influenciados por uma ideologia religiosa salvacionista. Essa influência contribui para a disseminação de racismo religioso e de gênero contra pessoas trans, alimentando perseguições contra pais e/ou responsáveis familiares que sejam acolhedores.

E de acordo com a pesquisa da ANTRA (BENEVIDES, 2024), os dados sobre idade referentes ao ano de 2023 apontam que, 3 vítimas (2,7%) tinham entre 13 e 17 anos - Sendo uma vítima de 13 anos e duas de 16 anos; 55 vítimas (49,6%) tinham entre 18 e 29 anos e; 30 vítimas (27%) tinham entre 30 e 39 anos; 14 vítimas (12,6%) tinham entre 40 e 49 anos; 6 vítimas (5,4%) tinham entre 50 e 59 anos; e 1 vítima (0,9%) com 60 anos.

Observamos nestes aspectos introdutórios que uma perspectiva preventiva do comportamento autolesivo e suicida, envolve a preparação mais direta de profissionais da educação para que possam entender a necessidade de um ambiente educacional acolhedor para pessoas LGBTI+. Com informação (conscientização) e a multiplicação de conhecimento para o corpo docente, gestão das escolas, objetivando um projeto político de educação integral e inclusiva. E, podendo-se ampliar para intervenções mais pontuais de acolhimento e de reconhecimento da diversidade de gênero e de sexualidades nas unidades escolares. Estruturamos este artigo com a metodologia, fundamentação teórica e discussões.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

METODOLOGIA

O presente estudo se pautou em uma pesquisa qualitativa cujas bases epistemológicas tratadas referem-se às pesquisas pós-críticas em educação. Segundo Marlucy Paraíso (2014), a perspectiva pós-crítica em pesquisas em educação possibilita inovações no uso de recursos, métodos e abordagens teóricas que capazes de explicar a realidade educacional a partir dos sujeitos que estão inseridos no ambiente escolar. Partindo do enriquecimento que é conviver com a diferença sendo diferença.

Dagmar Meyer e Marlucy Paraíso (2014, p. 35), corroboram com o objetivo das discussões trazidas no texto ao afirmarem que enquanto pesquisadores(as) trabalhamos "com o que sentimos, vemos, tocamos, manuseamos e escutamos em nosso fazer investigativo".

Nessa perspectiva, Maria Cecilia Minayo e Edinilsa Souza (1999, p. 21) nos orienta que a proposta de trazer a discussão sobre a formação continuada de profissionais da educação para identificar e desenvolver ações pedagógicas de prevenção e de combate a LGBTI+fobia e outras formas de violência "[...] deve levar em conta a complexidade desse fenômeno que possuem raízes macroestruturais, formas de expressão conjunturais e atualização na cotidianidade das relações interpessoais". Fizemos uma discussão teórica sobre comportamento autolesivo e suicida na adolescência a fim de enriquecer o debate no atravessamento que ele faz na formação continuada de professores(as) da educação básica.

COMPORTAMENTO AUTOLESIVO E SUICIDA NA ADOLESCÊNCIA LGBTI+

Para Viviane Borges e Blanca Werlang (2004) comportamentos autodestrutivos na adolescência são bastante numerosos, dentre alguns se podem destacar: o abuso de álcool, medicamentos, drogas e esportes perigosos. Geralmente, tais comportamentos podem não ser vistos como aqueles que demandam uma atenção muito atenciosa do adolescente, porém eles caminham para outros. Logo, percebe-se a necessidade de um trabalho de intervenção precoce, principalmente em relação à identificação dos fatores de riscos que predispõem ao suicídio.

Em relação ao comportamento de autolesão entre adolescentes, Isabel Fortes e Monica Macedo (2017) pontuam que ele se manifesta através de cortes no corpo, representando um meio de expressão do sofrimento. Geralmente, ocorre em locais pouco monitorados pelos responsáveis. As autoras apontam também que alguns aspectos desse comportamento podem ter uma duração breve ou se estender pela vida adulta. Consideram que depoimentos de adolescentes que se automutilam revelam uma forma de expressão,

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

diante da impossibilidade de colocar palavras na própria dor, em relação ao sofrimento, sem intenção de se matar. Nesse sentido, busca-se apaziguar a dor psíquica insuportável por meio da dor física.

Segundo Paloma Rodrigues (2018), a autolesão é a forma encontrada pelos jovens de tentar aliviar, mesmo que temporariamente, questões relacionadas a quadros depressivos e ansiosos. Assim, o ato de cortar-se compulsivamente "pode ser considerado como uma descarga da pulsão e de tensão através da dor" (RODRIGUES, 2018, p. 26). Ainda segundo a autora, a autolesão é um comportamento motivado por sofrimento grave, com o qual alguém não consegue lidar de outra forma naquele momento.

Nesse sentido, em 2006, o Ministério da Educação, já manifestava preocupações com situações relacionadas à permanência e conclusão da escolarização básica de crianças e adolescentes LGBTI+. Iniciou a discussão por meio de uma visão geral do quadro das situações de violência a que são submetidas pessoas LGBTI+ e, questões que enfatizam a relação entre sexismo e homofobia no ambiente escolar um dos seus mais decisivos momentos (BRASIL, 2006).

De acordo com a pesquisadora canadense, Debora Britzman (1996), o silenciamento de professores(as) que evitam trabalhar o tema da diversidade sexual e de gênero nas escolas são gerados por discursos de que se falarem sobre estarão encorajando práticas homossexuais. A autora reitera que faz parte desse mito a ansiedade de que qualquer pessoa que ofereça representações *gays* e lésbicas em termos simpáticos será provavelmente acusada ou de ser *gay* ou de promover uma sexualidade fora da lei. Em ambos os casos, o conhecimento e as pessoas LGBTI+ são considerados perigosos, predatórios e contagiosos.

Guacira Louro (1997), na sua obra **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista, provocou a ciência e o corpo docente para que se pensasse a presença de corpos com identidades de gênero e de sexualidades diferentes e não heterossexuais no ambiente escolar. Naquele momento, a autora já se atentava para o fato de que o ambiente escolar era hostil para pessoas LGBTI+ e para as mulheres cisgêneros também.

Berenice Bento (2006), por sua vez, foi questionar as categorias gênero e sexualidades a partir da identidade de gênero de travestis e transexuais na relação com as escolas. No intervalo de quase dez anos completos, as pesquisas de Bento (2006) não encontraram um ambiente escolar menos transfóbico, mesmo diante de avanços em debates

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

no âmbito do gênero. Muito pelo contrário, a autora postulou que: "As instituições sociais produzem e reproduzem as margens por meio de duas táticas simultâneas: pela exposição discursiva daqueles que estão fora das normas de gênero, por intermédio das reiterações prescritivas, dos insultos, e pelo ocultamento, pela invisibilização (BENTO, 2006, p. 204).

Segundo dados apontados no Atlas da violência (CERQUEIRA *et al.*, 2019), o ano de 2019 teve 15 casos de suicídio mapeados, sendo destes 5 homens trans e 10 mulheres trans. No ano seguinte, 2020, dos 23 casos mapeados, 7 homens trans e 16 travestis/mulheres trans. No ano de 2021 dos 12 suicídios, 10 entre travestis/mulheres trans e 2 pessoas homens trans. No ano de 2022, foram catalogados 20 casos de suicídio, sendo 1 pessoa não binária, 6 casos entre homens trans e 13 casos entre travestis/mulheres trans.

Ainda de acordo com o Atlas da Violência de 2019 (CERQUEIRA *et al.,* 2019), a questão da violência contra a população LGBTI+ tem se agravado nos últimos anos, ao passo que há excesso de subnotificação que leva à invisibilidade desse problema sob o ponto de vista da produção oficial de dados e estatísticas, uma vez que o IBGE não faz qualquer pergunta nos seus *surveys* domiciliares sobre a orientação sexual. Por outro lado, as polícias (em geral), nos registros de violência, também não fazem qualquer classificação da vítima segundo a orientação sexual, assim como não existe tal característica nas declarações de óbito. O que torna uma tarefa árdua para as políticas públicas que venha a mitigar a violência contra a população LGBTI+.

Assim, fica evidente de como o ambiente escolar pode ocasionar espaços de violências contra a população LGBTI+ e de como a vulnerabilidade desse grupo podem desenvolver comportamentos suicidas. Corrobora com esse pensamento Gabriela Cardoso (2016, p. 27):

> Há uma clara relação entre adolescentes LGBTI, o suicídio e uma prevalência elevada de distúrbios do humor, abuso e/ou dependência de substâncias, rejeição familiar e vitimização, porém, mesmo após o controle destes fatores de risco, o risco acrescido de suicídio persiste. Para além do mais, adolescentes de grupos minorias sexuais possuem menor número de fatores de proteção de que adolescentes heterossexuais.

Conforme pontua a autora, pode-se dizer que as demandas dos sofrimentos, angustias e outras questões que levam adolescentes LGBTI+ a idealizarem o suicídio possuem vínculo com os demarcadores das diferenças de gênero, sexualidades e possíveis elementos da questão racial. Os problemas oriundos das dificuldades de aceitação e tolerância que geram

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

tais sofrimentos na vida destes sujeitos podem ser tratados de forma interseccionada ou não para entender como estão expostos à ideação suicida e/ou comportamento autolesivo. Paulo Navasconi (2019, p. 90) diz que o suicídio demanda ser pensado como um fenômeno interseccional: "[...] é, também, reconhecer o fenômeno do suicídio enquanto uma questão de fato multifacetada e composta por diferentes marcadores da diferença, fatores e atravessamentos culturais, econômicos, biológicos, psicológicos etc.".

Ter uma leitura interseccional do suicídio, segundo o autor, significa avançar para um olhar sobre as questões sociais, as quais impactam na constituição das subjetividades entendendo que todos(as) possuem formas de experienciar as suas diferenças:

> Kayla, Jown, Paulo Vitor, Ana, Elena, Bel, Pedro, João, dentre outras narrativas tiveram suas vidas consideradas enquanto vidas dignas? Tiveram suas particularidades, suas intersecções descritas, compreendidas e analisadas pela literatura especializada? Podemos afirmar que não. Esses corpos são a fissura, a lacuna que a literatura científica produziu, produz e continuará produzindo se não conceber que tais vidas são vidas dignas e, consequentemente, que merecem ser reconhecidas como narrativas com singularidades e particularidades (NAVASCONI, 2019, p. 181).

O nível de exposição ao suicídio que algumas pessoas passam decorre, então, da forma como experienciam vivências de aceitação, tolerância e satisfação pessoal nos diferentes locais. Muitas ações, dentro das políticas públicas, focam na prevenção ao suicídio a partir de um padrão de pessoa que não é LGBTI+, negra e que tenha sofrimentos gerados por conta de suas diferenças.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES

Diante deste cenário, em que pessoas trans são as principais vítimas das violências e do assassinato, insta apresentar duas histórias das entrevistas-narrativas de suicídio trazidas por Maria Vanessa Silva (2022) em sua pesquisa referente a como a história de uma pessoa LGBTI+ vai se construindo permeada de sofrimentos que expressam a negação de todos os cantos. Nesse sentido, podemos observar o processo de constituição da identidade lésbica que conflui em diferentes locais da vida da participante da pesquisa de Silva (2002, p. 122-123):

> Andorinha diz que desde criança sente medo, ouvia vozes e via assombrações, tinha medo de que descobrissem quem era e que a batessem na rua. Quando estava com quatorze anos começou a se relacionar com uma menina e sentiu muita culpa. Ela sabia que era errado. Na igreja diziam o tempo todo que era pecado, que Deus

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

> abominava e que ela ia para o inferno. Ela ficava pedindo a Deus para tirar aquele sentimento dela, não podia gostar de meninas. Toda vez que ela ficava com uma menina se cortava, nos braços ou nas pernas, era uma forma de pagar o pecado e de aliviar a culpa. Mas um dia se sentiu culpada por estar se cortando, era como se estivesse ferindo a Deus de uma forma ou de outra (Diário de afetações, 01/02/2022).

A Experiência *gay* neste caso é retratada por Silva (2022, p. 139):

> Teve um episódio na escola de onde eu estudava de dois meninos pegos se beijando no banheiro. Eu estudava numa escola adventista, então todas as professoras passaram a semana inteira falando o quanto aquilo era abominável. Aí eu comecei a fazer as primeiras barreiras, porque eu percebi que me identificava com eles, só que de repente eu era um vilão. Quando eu lembro da cena daqueles dois meninos na escola, sendo tirados do banheiro à força e todo mundo ojerizando os, uma multidão pronta pra bater neles... Aquilo me pegou muito, porque eu não queria aquilo pra mim, mesmo sabendo que era igual a eles. Então eu precisava mentir, ainda mais sendo uma escola adventista

As duas experiências trazidas por Silva (2022) demonstram que a família e o espaço educacional representam instituições que contribuem para o suicídio de pessoas LGBTI+. Ao invés de serem instituições que contribuam para o desenvolvimento humano, saudável e emancipador de pessoas com gênero e sexualidades diferentes, elas se tornam espaços de culpabilização, penalização e sofrimento.

Nesse sentido, Aurea Fuziwara e Eunice Favero (2011) pontuam que as estratégias de identificação de violação de direitos de crianças e adolescentes no ambiente escolar e a prevenção do comportamento autolesivo e/ou suicida por meio do trabalho em rede com ações educativas de prevenção é de suma importância. Dessa forma, se faz necessário a realização de um diagnóstico situacional dos eventos de violência (*bullying,* homofobia, discriminação, preconceito e/ou outras) que possam estar interferindo na saúde e aprendizagem das crianças e dos(as) adolescentes, com repercussão na convivência familiar, na escola e na comunidade, e na violação de direitos. Deve-se considerar também a violência doméstica e sexual, a tentativa de suicídio e/outras, além das questões que ocorrem no entorno e refletem na escola.

Desse modo, o enfoque dado ao trabalho dentro das próprias escolas, aproveitando e otimizando as potencialidades de diálogo e suporte intelectual existentes no ambiente escolar (BORGES; WERLANG, 2004) tornam-se ações imprescindíveis na redução de danos. Uma perspectiva preventiva a partir disso, poderia ser uma prevenção mais direta, no qual o treinamento de profissionais, a informação (conscientização) e a multiplicação de

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

conhecimento do corpo docente, gestão das escolas e responsáveis, torna-se fundamental podendo-se ampliar para intervenções mais pontuais e de identificação de comportamentos autodestrutivos e suicidas entre os discentes.

Aberta ao diálogo com a sociedade, urge pensar a escola como espaço democratizante das relações, combatendo a perspectiva adultocêntrica. Nesse sentido, a escola como espaço de pertencimento deve ultrapassar seus muros, levando às novas práticas na relação com a comunidade que está inserida. Situações de violências contra estudantes LGBTI+ vão refletir nas relações cotidianas entre o corpo discente e os(as) profissionais da educação. As angústias e sofrimentos que afetam estudantes LGBTI+ estão presentes nas unidades escolares, o que demanda conhecimento de situações referentes ao que enfrentam para evitar que tais estudantes tenham uma trajetória educacional com LGBTI+fobia.

Fuziwara e Fávero (2011) apontam que é necessário que no contexto dessa escola protetiva haja profissionais, que além de críticos, sejam criativos, capazes de propor e criar estratégias de intervenção diante da realidade tão mísera que caracteriza a violência contra crianças e adolescentes. Essa postura se faz fundamental, porque, entre outras vantagens, acena para uma possibilidade de mudança na vida das pessoas vítimas de violências diversas.

Com essa perspectiva, Marcio de Oliveira, Fernando Silva e Eliane Maio (2021) pontuam que a escola pode colaborar para combater a violação de direitos contra estudantes negros(as), mulheres, LGBTI+ no ambiente escolar, mas a depender da formação do docente, e do preparo da equipe escolar para lidar com esses(as) estudantes. Ainda segundo os autores e a autora, é fundamental então, que a equipe escolar tenha uma formação pautada nos Direitos Humanos, além de favorecer, principalmente, o acolhimento e escuta atenta de alunos e alunas.

Corroborando com o debate feito pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores/as, há o princípio da valorização das diversidades. Sendo assim, os temas relativos às diversidades de gênero e de sexualidades para a formação inicial e continuada dos(as) profissionais do magistério da educação básica tornam-se relevantes.

> II - A formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação (BRASIL, 2015, p. 4).

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Essa contextualização se faz pertinente para pensar num processo de formação continuada docente pautada nos valores e princípios das diversidades, equidades e direitos humanos. Segundo Andrea Quesada (2020), no texto **Orientações para educadores e profissionais da saúde** - abordar adequadamente os temas de automutilação e suicídio é uma importante estratégia de prevenção. A autolesão é uma forma de violência e, podendo decorrer de outros tipos de violências, esse comportamento pode afetar o desenvolvimento de adolescentes e provocar outras formas de agressividade, gerar um grande desiquilíbrio e insegurança na sociedade.

Gythana Cidreira e Ema Cintra (2023), no artigo **Suicídio: formação docente e a prevenção no contexto escolar,** afirmam que a formação continuada de professores(as) favorece uma aquisição satisfatória do conhecimento que não deve ser vista de forma aversiva ou impositiva, sendo necessário um novo olhar para a educação por meio de uma perspectiva integral, em que envolva o interesse empático concernente ao sofrimento humano.

Nessa perspectiva, Cidreira e Cintra (2023) afirmam que é importante proporcionar a formação contínua docente por meio da preparação para o manejo das diversas demandas que podem surgir no contexto escolar. Para conseguir atingir isso, Rodrigues (2001) considera que é necessária outra visão de escola, sobretudo, do papel social que essa instituição possui, ocupando-se com a formação integral do ser humano e tendo como missão a formação do sujeito ético. Nessa mesma direção, Dione Menz e Glaucia Brito (2020) propuseram um curso híbrido para o corpo docente da educação básica da rede estadual de ensino do Paraná. Especialmente, porque "[...] discorrer sobre o suicídio não é só uma questão de especialistas, os nominados "suicidólogos", mas um tema a ser enfrentado por todos aqueles que se encontram ao lado de pessoas fragilizadas e que face a dor da existência não encontram outra forma para encaminhá-la que não pela consumação do suicídio (MENZ; BRITO, 2020, p. 343).

Para Paulo Freire (1996) a escola tem um papel bem mais amplo do que simplesmente passar conteúdos: ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Para Antonio Moreira e Vera Candau (2003) a contribuição da escola não está apenas, e exclusivamente relacionada ao saber científico, onde se visa à construção e desconstrução do conhecimento. Está relacionada também com a cultura, e esta, por sua vez, possui um fator importante, pois é através dela que conhecemos a história, a cultura e a

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

ideologia de um país, lugar, grupo ou sociedade. Com isso, aprendemos a respeitar o que é "diferente", evitando atos de preconceitos.

Guacira Louro (1997) afirma que, quando não há a abordagem sobre gênero, sexualidade e diversidades, se faz presente a existência de preconceitos e a restrição dos direitos desse público. Os autores e autoras acima destacados(as) nos proporcionam uma visão engajada da educação no contexto sociocultural, permitindo entender que a educação não é neutra e alheia à realidade local. Não se educa para o silêncio ou invisibilidade, se educa para a atividade no mundo e para isso, é preciso reconhecer como um sujeito que faz parte da sociedade mesmo com diferenças que o tornam distantes dos corpos considerados padrões dados a heteronormatividade.

RESULTADOS

A experiência do Estado do Paraná como foi apontada por Menz e Brito (2020, p. 356) trouxe que o corpo docente sente limitações no cotidiano de trabalho pedagógico para lidar com as demandas que envolvem os(as) seus(suas) estudantes.

> Importância da inclusão de temas sensíveis na formação continuada. Os cursistas relataram a necessidade de aprofundar temáticas como a da prevenção do suicídio, citando inclusive a relevância de cursos de pós-graduação com essa temática e o envolvimento da gestão estadual na sensibilização e preparo dos docentes para o enfrentamento do suicídio e casos de automutilação dos estudantes.

Como é possível observar, as redes estão se organizando para ofertar ações contínuas durante o ano que ultrapassem a dinâmica do mês alusivo ao suicídio. No estado de Mato Grosso do Sul (MS), também possuímos ações realizadas pelos(as) profissionais da Psicologia e do Serviço social, mas não para o corpo docente. Ao pensar a vulnerabilidade em saúde mental de estudantes da educação básica do município, onde sou docente, foi trazido no texto uma análise do papel do(a) professor(a) na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes contemplados nas políticas públicas educacionais (LDBEN,1996; ECA, 1990, Constituição Federal, 1988 e etc.). A formação inicial e continuada de professores(as) possui um compromisso social com a promoção da defesa de crianças e adolescentes contra situações de violação de direitos. Como parte de um espaço de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, os(as) profissionais que lá atuam precisam assumir responsabilidades.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

No caso específico das escolas da rede municipal, observamos a inexistência de ações em datas pontuais de estratégias de prevenção corresponsáveis junto às áreas de Saúde, Educação e Assistência Social e demais órgãos de Proteção e Garantia de Direitos frente às situações de violação de direitos e vulnerabilidades passíveis de gerar sofrimento e podendo refletir em comportamento suicida e de autolesão.

No entanto, as escolas da rede estadual por meio da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (SED/MS) promovem ações que têm por objetivo desenvolver um trabalho coletivo e integrado com as escolas de sua referência de supervisão e os diversos setores internos da SED e das coordenadorias regionais de educação (CRE), promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento das potencialidades dos(as) estudantes com base na abordagem centrada nos Direitos Humanos.

Assim, com o objetivo de instrumentalizar a equipe escolar sobre as demandas do cotidiano escolar relacionadas à autolesão, as ações da Psicologia educacional na Rede Estadual de Ensino de MS estão voltadas para a promoção da reflexão sobre a realidade e o cotidiano da escola, por meio do diálogo entre os seus atores, bem como ao favorecimento das relações interpessoais entre os profissionais da educação básica, estudantes e suas famílias (SED/MS, 2019). Conforme orientações elencadas no manual do comportamento de autolesão, os profissionais da educação devem:

> 1) Acolher e promover um ambiente de escuta para o(a) estudante. 2) Chamar o responsável para esclarecimentos, estabelecendo metas e prazos, bem como encaminhar para o Conselho Tutelar (escola) e Unidade Básica de Saúde - UBS (responsável). 3) Acompanhar o caso para verificar se os encaminhamentos estão sendo eficientes. Caso não, retomar o atendimento e verificar que parte do processo não está tendo efetividade. 4) Envolver os professores para discutir estratégias e metodologias para elaborar um plano de ação pedagógico (MATO GROSSO DO SUL, 2019, p. 15).

Recomendam-se também ações de promoção da vida e diálogos sobre o suicídio, por meio de rodas de conversas, oficinas e grupos de discussão sobre o tema, em conjunto com a rede de Saúde e Assistência Social. Nessa perspectiva, a COPED colabora com as escolas na articulação intersetorial e interinstitucional, envolvendo os setores de saúde, Assistência Social, justiça e Segurança pública na Garantia de direitos estabelecidos, a fim de proporcionar aos estudantes permanência no processo de escolarização com suporte pedagógico e socioassistencial, nas questões que incidem no processo de ensino e aprendizagem e violação dos direitos.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Nesse contexto, foi elaborado o Manual de Orientações sobre o Comportamento de Autolesão pela COPED (SED/MS), a fim de instrumentalizar a equipe escolar sobre as demandas do cotidiano escolar relacionadas à autolesão, e subsidiar as ações pedagógicas de orientação aos pais ou responsáveis, professores(as) e estudantes.

Os resultados desta pesquisa de Mestrado apontam a partir dos relatos apresentados pelos(as) entrevistadas(os) e pelo alto índice de suicídio no município pesquisado e da inexistência de ações de prevenção com estratégias corresponsáveis junto às áreas de Saúde, Educação e Assistência Social e demais órgãos de Proteção e Garantia de Direitos. As ações são desenvolvidas por cada setor sem envolvimento intersetorial das políticas públicas por meio de práticas de sensibilização de possíveis evento que podem gerar sofrimento e podendo refletir em comportamento suicida e de autolesão. Percebe-se que os investimentos de Políticas Públicas para atenção ao suicídio são pontuais como se pode observar nas campanhas realizadas no mês de setembro; com essa pesquisa, apontamos a necessidade de dar voz ao tema e continuamente abordá-lo com um enfoque profissionalizado, articulado e preventivo.

Observou-se também a carência no município da capacitação e de orientação de profissionais da rede intersetorial, como: psicólogos(as), enfermeiros(as), professores(as), educadores(as) sociais, assistentes sociais e psiquiatras para o atendimento dos casos de tentativa de suicídio e a prevenção do ato, que a saber é dever do estado e sua efetiva implementação é direito e dever de todos(as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, não tivemos a intenção de responsabilizar o(a) docente com mais uma incumbência: trabalhar com a automutilação e comportamento suicida. Entendemos que essa responsabilidade é da sociedade, no caso dos serviços públicos próximos e que mantem diálogo com as escolas, realizarem ações compartilhadas durante o ano. A intenção do presente estudo foi mostrar que os(as) professores(as) precisam estar capacitados(as) para lidar com as demandas que dizem respeito ao sofrimento de crianças e adolescentes, sendo formados para saber identificar condutas que materializam sofrimento.

Geralmente o sofrimento reflete (ou não) no aprendizado. Estando o(a) professor(a) no contato diário com os(as) alunos(as), ele(a) consegue identificar situações que demandam atenção. Mas, para isso, ele(a) precisa estar formado para realizar tais práticas de identificação. No trabalho pedagógico independente de qual área seja, os(as) professores(as)

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

levam os(as) seus(suas) alunos(as) a narrarem experiências e opiniões por meio da leitura e produção de textos, expressão corporal e artísticas e outras formas. Esses momentos tornam-se espaços de reflexão sobre condutas que caminham à redução de danos nos sofrimentos vividos pelos(as) estudantes, demonstrando que os(as) são sensíveis às situações de riscos e vulnerabilidades que afetam os(as) seus(suas) alunos(as).

É notório nos dados informados em plataformas que produzem dados estatísticos sobre racismos, LGBTI+fobias e outras formas de violências (BENEVIDES, 2024; OLIVEIRA; MOTT, 2020), que na sociedade (envolve a escola neste caso) há inúmeras situações de violação dos direitos humanos de pessoas negras e LGBTI+. Os sofrimentos gerados por violência nessa seara trazem inúmeros impeditivos para um bom trânsito escolar, refletindo na trajetória de permanência desses(as) estudantes alvos de racismo e LGBTI+fobias.

Essas informações tornam-se pertinentes para entender a relevância de incluir conhecimentos pertinentes ao comportamento autolesivo e suicida na formação continuada de professores(as) da educação básica.

REFERÊNCIAS

ABGLT. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015:** as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

AVANCI, Jovina. **Neste 10 de setembro, analisa o perfil do comportamento suicida entre jovens.** Fiocruz, Rio de Janeiro, 10 set. 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-analisa-o-perfil-do- comportamento-suicida-entre-jovens. Acesso em: 04 jul. 2023.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125p.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORGES, Vivian Roxo; WERLANG, Blanca Suzana Guevara Borges. Suicídio na adolescência. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 28, n. 102, junho/2004. p. 3-200. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/rperspectiva/inicio_old.php?id_numero=22#02. Acesso em: 15 jul. 2024.

BOTEGA, Neuri José *et al*. Prevenção do comportamento suicida. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 3, pp. 213-220, set./dez. 2006. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/1442. Acesso em: 15 jul. 2024.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

BRASIL. **Prevenção do Suicídio:** manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Brasília: Ministério da saúde, 2006. Disponível em: https://cvv.org.br/wp-content/uploads/2023/08/manual_prevencao_suicidio_profissionais_saude.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. **Lei N. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre a Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo**. Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan/jun 1996. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232048. Acesso em: 15 mai. 2024.

CARDOSO, Gabriela Tenreiro. **Comportamentos autolesivos e ideação suicida nos jovens.** Dissertação (Mestrado em Medicina) – Universidade de Coimbra, Portugal, 2016. Disponível: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/35146/1/Tese%20de%20Mestrado.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2019.** Brasília: Ipea; FBSP, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

CERQUEIRA, Daniel *et al*. **Atlas da Violência 2020.** Brasília: Ipea; FBSP, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020. Acesso em: 10 jun. 2023.

CIDREIRA, Gythãna Dantas; CINTRA, Ema Marta Dunck. Suicídio: formação docente e prevenção no ambiente escolar. **Interfaces da educação,** Paranaíba, v. 13, n. 39, set./dez. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.26514/inter.v13i39.5616. Acesso em: 15 ago. 2024.

DE UNIVERSA. Brasil registra 329 mortes de pessoas LGBT+ em 2019, uma a cada 26 horas. **UOL**, São Paulo, 23 abr. 2020.

FORTES, Isabel; MACEDO, Monica Medeiros Kother. Automutilação na adolescência - rasuras na experiencia de alteridade. **Psicogente**, Colombia, v. 20, n. 38, jan. 2017. p. 353-367. Disponível em: http://doi.org/10.17081/psico.20.38.2556. Acesso em: 20 jul. 2023.

FUZIWARA, Aurea Satomi; FÁVERO, Eunice Terezinha. A violência sexual e os direitos da criança e do adolescente. In.: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante ... [et al]. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 35-47.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244
v. 10, n. 2, jan.-dez. 2024
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Jacqueline Nascimento. **Vocês acham que me corto por diversão? Adolescentes e a prática da automutilação.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

LOURO. Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. **Manual Rede de Atendimento:** Orientação para as Escolas Estaduais de Mato Grosso do Sul. 2ª ed. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul, 2019. Disponível em: https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Comportamento-Autolesivo.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.

MENZ, Dione Maria; BRITO, Glaucia da Silva. Formação de professores para prevenção do suicídio: trilhando caminhos para um curso híbrido. **Educação Em Foco**, Juiz de Fora, v. *25, n.* 1, 2020. p. 249–264. Disponível em: https://doi.org/10.34019/2447-5246.2020.v25.30441. Acesso em: 15 nov. 2024.

MEYER, Dagmar Esterman; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações**.** In: MEYER, Dagmar Esterman; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 17-24.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir de campo da saúde pública. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 07-32,1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/NBbqRGwcvm7R7XcZSVvKQsL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 nov. 2023.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, mai./ago. 2003. p. 156-168. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/99YrW4ny4PzcYnSpVPvQMYk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 jan. 2024.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. **Vida, adoecimento e suicídio:** racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTTIs**.** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

OLIVEIRA, José Marcelo domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil:** relatório do grupo gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-2019.pdf. Acesso em: 04 nov. 2024.

OLIVEIRA, Marcio de; SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MAIO, Eliane Rose. Violência sexual contra crianças e adolescentes: a escola como canal de proteção e denúncia.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 4, out./dez. 2020. p. 1-23. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e65526. Acesso em: 25 fev. 2024.

PARAISO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-criticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; PARAISO, Marlucy Alves. (org). **Metodologias de pesquisas pós-critica em educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 23-47.

QUESADA, Andrea Amaro. **Cartilha para prevenção da automutilação e do suicídio: orientações para educadores e profissionais da saúde.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_prevencao_automutilacao_suicidio_orientacoes_educadores_profissionais_saude.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

RODRIGUES, Paloma Pimentel. **Gritos silenciosos:** quando as impossibilidades de simbolização de conflitos retornam ao corpo - automutilação na adolescência. 2018. Monografia (Especialização em Medicina do Adolescente), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Silvana Arantes da. **Prevenção do suicídio de estudantes LGBTI+:** ações, políticas e o trabalho em rede. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2023.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.350
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional